



Senado pode votar hoje MP da renegociação de dívida rural

Jonas Pereira/Agência Senado — 13/8/2018



Após destrancar a pauta, senadores também podem votar projeto que destina 10% das multas ambientais para arborização

Medida provisória que concede desconto para pagamento de débitos rurais precisa ser votada em Plenário antes da análise de projetos como o que permite a privatização de empresas ligadas à Eletrobras

O Plenário se reúne hoje pela primeira vez após as eleições. Os senadores devem votar inicialmente a medida provisória que renegocia o pagamento de dívidas rurais, que está trancando a pauta.

A iniciativa dá desconto para o pagamento de dívidas contratadas com os bancos do Nordeste e da Amazônia até dezembro de 2011. O texto também prorroga até 2019 a repactuação das dívidas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e do Fundo Constitu-

cional de Financiamento do Norte.

Em seguida, os senadores podem analisar a privatização de seis distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobras. De iniciativa do Poder Executivo, o projeto tem o objetivo, segundo o governo, de tornar as empresas, principalmente as da Região Norte, atrativas para os investidores privados.

Outra proposta que pode ser analisada é o substitutivo da Câmara que estende a validade de receitas médica e odontológica a todo o território nacional. **3**

Colegiados votam mudanças na lei orçamentária **2**

Aposentadoria por invalidez é tema de debate hoje **3**

Encartado nesta edição, o boletim *Monitor Fiscal*

especial cidadania

Mídias do Senado aproximam o Legislativo da sociedade

O Senado oferece vários canais para a população entender como o Legislativo funciona no dia a dia. Referências de credibilidade, a TV, o rádio, o portal de notícias, o jornal impresso

e as mídias sociais da Casa mostram não só discursos e aprovação de projetos, mas também CPIs e debates com especialistas. Tudo isso com transparência e em linguagem clara. **4**



Locutores gravam na Rádio Senado: cobertura integral do trabalho legislativo

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Prefeitura de Contagem



Cursos de primeiros socorros vão preparar professores para emergências

Lei obriga escola a capacitar professor em primeiros socorros

Escolas públicas e privadas de ensino infantil e básico terão que oferecer treinamento em primeiros socorros a seus professores e funcionários, se-

gundo nova lei sancionada na sexta-feira. A regra começa a valer em 180 dias. A ideia é que os professores consigam agir em casos de emergência. **3**

Maior número de cadeiras na Câmara ficará com o PT e o PSL

As duas maiores bancadas eleitas para a Câmara são o PT, que terá 56 deputados, 13 a menos que na eleição de 2014, e o PSL, que subirá de

1 deputado em 2014 para 52 em fevereiro, quando o novo Congresso tomará posse. O MDB terá 34 deputados, contra 65 eleitos em 2014. **2**

ELEIÇÕES 2018

Bancada feminina no Senado terá 7 novos nomes

Com as sete senadoras eleitas domingo e uma vaga de suplente assumida, o Senado terá, nos próximos quatro anos, 12 senadoras, uma a menos que a composição atual. Concorreram às vagas 63 mulheres, número maior que o das duas últimas eleições. **2**

Luís Marcondes/Câmara dos Deputados — 19/7/2018



Em fevereiro, o Plenário da Câmara terá nova configuração partidária

PT e PSL elegem maiores bancadas para a Câmara

Partido dos Trabalhadores terá 56 deputados, contra 69 eleitos em 2014, enquanto o Partido Social Liberal aumentará de 1 para 52 cadeiras. MDB perderá quase a metade das vagas, ficando com 34



NAS ELEIÇÕES DE domingo, o PT e o PSL despontaram com as maiores bancadas dos próximos quatro anos para a Câmara dos Deputados. O PT, que em 2014 elegeu 69 deputados, continua com uma grande bancada, mas perdeu representação, ficando com 56 deputados. O maior crescimento foi do PSL, que saiu de 1 deputado eleito em 2014 para 52.

O MDB — que hoje ocupa a presidência da República com Michel Temer — perdeu quase a metade do espaço que tinha em 2014, quando elegeu 65 deputados. A bancada tem agora 34 parlamentares.

O Partido Novo, que estreou nas eleições de 2018, conseguiu 8 deputados. A nova Câmara continua marcada pela fragmentação partidária. São 30 legendas com representação no Parlamento.

O tamanho das bancadas é fundamental na atuação parlamentar. O maior partido ou bloco tem peso na escolha dos cargos mais importantes da Casa, como a presidência da Câmara e da Comissão de Constituição e Justiça.

Até fevereiro de 2019, quando os deputados tomam posse,



Com a posse dos deputados, em fevereiro, Câmara terá nova configuração

se, os partidos ainda podem se aliar em blocos para ajustar a atuação parlamentar de acordo com o resultado da eleição para presidente da República.

A renovação foi alta em alguns estados. Em Mato Grosso e no Distrito Federal, apenas uma das oito cadeiras é de deputados reeleitos. Erika Kokay (PT) foi reeleita pelo DF e Carlos Bezerra (MDB) por MT. Os demais são novatos na Câmara.

O Piauí, por outro lado, reeleger sete dos dez deputados federais de sua bancada. O Rio Grande do Sul também optou por reeleger a maior parte da bancada: 19 foram reeleitos e 12 são novatos.

A composição da Câmara traz novatos como o ator Alexandre Frota (PSL-SP) e a

jornalista Joice Hasselmann (PSL-SP). Há vários novatos ligados à área de segurança, caso da policial Katia Sastre (PR-SP), que ganhou fama nacional após abordar um assaltante em frente a uma escola.

A deputada Luiza Erundina (Psol-SP) é a veterana da próxima composição da Câmara. A parlamentar, que tem 84 anos, vai iniciar o sexto mandato consecutivo. Outro veterano é o deputado Átila Lira (PSB-PI), de 71 anos, que vai iniciar o oitavo mandato como deputado, sendo o sexto consecutivo.

Os resultados finais de domingo poderão ser alterados em decorrência de eventuais recursos decididos pela Justiça Eleitoral.

Da Agência Câmara

Comissões votam emendas à Lei Orçamentária

As comissões permanentes do Senado e da Câmara e as comissões mistas permanentes do Congresso têm até o dia 20 para votar e enviar suas emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019 (PLN 27/2018), que está em análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Cada comissão pode apresentar até oito emendas ao Orçamento, sem limite finan-

ceiro para elas.

Hoje a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h, e a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), imediatamente após a reunião deliberativa agendada para as 9h. O relator na CAE é o senador Dalirio Beber (PSDB-SC). Na CI, é o senador Valdir Raupp (MDB-RO).

Também hoje a Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária (CRA) vota o relatório do senador Lasier Martins (PSD-RS), às 11h. Amanhã, às 9h, é a vez de a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votar emendas à LOA.

As demais comissões devem agendar suas reuniões para definição das emendas à LOA na próxima semana.

Saiba mais sobre o Orçamento: senado.leg.br/orcamentofacil

Com sete eleitas, número de mulheres no Senado não cresce



A bancada de mulheres no Senado na próxima legislatura pode ser menor que a atual. Com sete senadoras eleitas e uma vaga de suplente assumida, a Casa terá 12 senadoras, uma a menos que hoje. O número pode se igualar ao atual, caso a senadora Fátima Bezerra (PT), que disputa o segundo turno para o governo do Rio Grande do Norte, não seja eleita e retorne à Casa para o restante do mandato.

As candidaturas femininas foram 62 das 358 registradas para o Senado. O número de mulheres que concorreram a uma vaga em 2018 foi maior do que nas duas últimas eleições. Ainda assim, nenhuma mulher foi eleita para a Casa em 20 estados — em três deles, Acre, Bahia e Tocantins, não houve sequer candidatas. As sete senadoras representam apenas 13% dos eleitos para o cargo. O número de eleitas é igual ao das eleições de 2010, a última em que dois terços do Senado foram renovados.

Já na Câmara dos Deputados, a bancada aumentou, passando de 51 para 77 deputadas. Elas somam agora 15% naquela Casa. A porcentagem

é semelhante à atual no Senado, em que as mulheres representam apenas 16% das vagas ocupadas. A presença feminina também é menor nas indicações de suplência. As mulheres são cerca de 30% dos 108 nomes listados para os cargos de primeiro e segundo suplentes.

Novatas

Entre as sete eleitas, duas ficaram em primeiro lugar na disputa eleitoral do estado ou distrito: a novata na política Juíza Selma Arruda (PSL), em Mato Grosso, e a ex-jogadora Leila do Vôlei (PSB), pelo Distrito Federal. Leila será a primeira senadora eleita no DF e se destaca por ter escolhido apenas mulheres para os cargos de suplentes. Chegam à Casa também as deputadas federais Mara Gabrielli (PSDB-SP), Daniella Ribeiro (PP-PB), Zenaide Maia (PHS-RN) e Eliziane Gama (PPS-MA).

A bancada também será composta pela estreante na política Soraya Thronicke (PSL-MS), eleita com 373.712 em Mato Grosso do Sul, e por Mailza Gomes (PP-AC), que assumirá como suplente a vaga de Gladson Cameli (PP), eleito para o cargo de governador do Acre. Todas as senadoras eleitas possuem nível superior e apenas duas nunca tiveram cargos políticos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Aposentadorias por invalidez**
9h Audiência sobre aposentadorias por invalidez, com foco na PEC 56/2014.
- CAE Lei Orçamentária Anual**
10h Emendas ao PLOA 2019. Após, 12 itens.
- CRA Emendas**
11h Emendas ao PLOA 2019.
- CE Emendas**
11h30 Após 17 itens, emendas ao PLOA 2019.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta a MP 842/2018, que concede rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
- CMMC Lei Orçamentária Anual**
14h30 Emendas ao PLOA 2019.
- CMCVM Emendas**
14h30 Emendas ao PLOA 2019.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Arquino Souza Cruz



Encaminhada pelo governo, a medida provisória renegocia dívidas relacionadas a atividades agrícolas

Repactuação de dívida rural tranca pauta do Plenário

Para analisar o projeto que permite a privatização de distribuidoras de energia das regiões Norte e Nordeste, os senadores precisam votar antes a MP que dá desconto para pagamento de débito rural

PLENÁRIO DO SENADO se reúne hoje pela primeira vez após as eleições. Na pauta estão temas como a privatização de distribuidoras de energia elétrica, o financiamento para recuperação de áreas degradadas e a validade de receitas médicas e odontológicas, além de sete acordos internacionais.

Para votar tais proposições, no entanto, será preciso avaliar primeiro uma medida provisória que está trancando a pauta: a MP 842/2018, que altera os termos da renegociação de dívidas rurais. O texto permite a repactuação de débitos, aumenta prazos e concede mais descontos para a quitação.

Só depois da análise da medida provisória os senadores poderão ir para o próximo item da pauta, o PLC 77/2018. O projeto, do Poder Executivo,

abre caminho para a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras nas Regiões Norte e Nordeste. Já foram negociadas as companhias de energia de Roraima, Rondônia, Acre e Piauí. O Poder Executivo pretende vender ainda as empresas de Alagoas e Amazonas.

Arborização

Na pauta também está o PLC 188/2015, do deputado Roberto Britto (PP-BA), determinando que 10% do dinheiro arrecadado com multas ambientais seja destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

A proposta também estabelece que seja destinado para o mesmo fim o montante arrecadado pela cobrança de taxas de autorização de

poda e corte de árvores. Cada órgão ambiental competente estabelecerá os critérios e as normas para a aplicação da verba arrecadada. Se passar, o texto vai para sanção.

Receita médica

Os senadores devem avaliar ainda o substitutivo elaborado pela Câmara ao PLS 325/2012, do ex-senador Jayme Campos, que trata da validade da receita médica no território nacional. Conforme o texto, a receita médica ou odontológica valerá em todo o país, independentemente do estado em que tenha sido emitida.

O objetivo da medida é permitir que o cidadão possa adquirir os medicamentos de que necessita onde quer que esteja, até mesmo os sujeitos a controle especial. Se passar pelo Plenário, o projeto vai para sanção presidencial.

Sete projetos de decreto legislativo aguardam análise dos parlamentares. Eles ratificam acordos internacionais firmados pelo Brasil com outros países. O PDS 28/2018, por exemplo, trata de uma negociação sobre serviços aéreos entre Brasil e Holanda com relação a Aruba, território autônomo holandês do Caribe.

Segundo o acordo, um país concede a companhias aéreas do outro privilégios em operações de pouso ou sobrevoos. O texto ainda estabelece um controle simplificado para passageiros, bagagens, carga e mala postal em trânsito direto, além da isenção de algumas taxas para bagagem e carga.

Segundo o Itamaraty, a iniciativa vai contribuir para relações mais próximas dos países em áreas como o comércio e o turismo.

Se for aprovado, o texto seguirá para promulgação.

Serão beneficiados pela renegociação agricultores do Norte e Nordeste

A MP 842/2018 estende até dezembro de 2019 o desconto para o pagamento de dívidas contratadas com os bancos do Nordeste e da Amazônia até dezembro de 2011. O texto prorroga até dezembro de 2019 a repactuação das dívidas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O relator é o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

A regra vale para iniciativas em áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A medida provisória autoriza ainda a concessão de descontos para

operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até junho de 2019.

A medida provisória estende até 2019 descontos para a liquidação de dívidas de ruralistas com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. O texto concede ainda descontos para quitação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em operações contratadas até dezembro de 2006, o desconto é de 60%. Nas contratadas entre janeiro de 2007 e dezembro de 2011, 30%.

Lei obriga curso de primeiros socorros para professores

Professores e funcionários de escolas, públicas e privadas, de ensino infantil e básico deverão ser capacitados em primeiros socorros. É o que determina a Lei 13.722, sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* sexta-feira.

A lei entra em vigor em 180 dias. O texto tem origem no PLC 17/2018, aprovado pelo Senado em setembro. Espaços de recreação infantil também deverão seguir a norma. A proposta, conhecida como Lei Lucas, tramitou com pedido de urgência.

O texto define que os cursos de primeiros socorros sejam ofertados anualmente, tanto para capacitação quanto para reciclagem. O objetivo do treinamento é que os professores consigam agir em situações emergenciais enquanto a assistência médica especializada não for proporcionada.

Os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos

públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados.

O conteúdo dos treinamentos será direcionado de acordo com a faixa etária do público atendido. As instituições educacionais deverão dispor ainda de kits de primeiros socorros.

A quantidade de profissionais capacitados em cada escola deverá levar em conta o tamanho do corpo de funcionários e o fluxo de atendimento de crianças.

Homenagem

O texto recebe o nome de Lei Lucas em homenagem ao garoto Lucas Begalli Zamora, de 10 anos, que morreu em setembro de 2017 ao se engasgar com um lanche num passeio escolar. O caso aconteceu em Campinas (SP).

Desde então, Alessandra Zamora, mãe de Lucas, iniciou um movimento pela obrigatoriedade de as escolas oferecerem cursos de primeiros socorros aos funcionários. Desde março há uma lei municipal em Campinas.



Marinho Romay/Secom-Monauis

Curso de primeiros socorros serão dados por instituições especializadas

Comissão debate proventos para aposentados por invalidez

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) retoma hoje os trabalhos após a eleição. Na pauta, audiência pública sobre a PEC 56/2014, que trata das aposentadorias por invalidez e está pronta para deliberação no Plenário, onde já passou por uma discussão em primeiro turno.

A proposta concede proventos integrais ao servidor que ingressou no serviço público até 2003 e for aposentado por invalidez permanente, independentemente da circunstância que motivou a aposentadoria.

A Constituição impõe limites na concessão de proventos integrais para servidores aposentados por invalidez permanente. O benefício vale só pra quem ingressou no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional 41 e se aposentar nas seguintes condições: ficar inválido

por acidente ocorrido em serviço ou contrair moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável. Se outros fatores motivarem a aposentadoria por invalidez, os proventos serão proporcionais ao tempo de serviço.

Caso a PEC seja aprovada, as aposentadorias por invalidez permanente já concedidas deverão ser recalculadas. Se a aprovação acontecer sem alterar o texto que veio da Câmara, então a proposta estará pronta para ser promulgada.

Deverão participar o diretor financeiro da Pública — Central do Servidor, Márcio Costa, o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Rudinei Marques, a diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, Maíra Giannico; e o diretor do Grupo Vítimas da Invalidez, José Freitas.

Mídia do Senado estimula participação do cidadão

Veículos de comunicação da Casa transformam em notícia todo o trabalho legislativo, permitindo que sociedade acompanhe os senadores e cobre aprovação de projetos

Ricardo Westin

FOI NO INÍCIO do ano passado que a expressão *fake news* entrou para o vocabulário dos brasileiros. Trata-se de notícias falsas que são espalhadas com o intuito de confundir a sociedade e satisfazer interesses escusos. É certo que as mentiras sempre existiram, mas agora a internet massificada nos celulares e nos computadores deu velocidade e alcance inéditos à desinformação — daí a nova denominação.

Diante do tsunami de *fake news*, os meios de comunicação do Senado ganharam ainda mais importância. A televisão, a rádio, o jornal impresso, a agência on-line de notícias e o perfil da Casa nas redes sociais são fontes de informação séria e confiável a respeito das grandes questões nacionais.

É verdade que o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei esquisito? Antes de espalhar o alerta na internet, tenha a certeza de que é verídico. As propostas que estão na pauta das comissões e do Plenário sempre se transformam em notícia nos veículos de comunicação do Senado. Se você não encontrar o tal projeto lá, é *fake news*.

E aquela história de que certa vacina faz, na verdade, mal à saúde? Não compartilhe a bomba sem ter verificado a informação. Os senadores chegam a organizar uma dezena de audiências públicas diárias sobre os mais variados temas de interesse geral, da política à economia, passando pela saúde. Em alguma audiência, eles certamente terão sabatinado especialistas em vacinas. Basta procurar a reportagem no site do Senado.

— No passado, a informação do Senado era tida como menor por ser oficial. Isso mudou. Hoje, por causa das *fake news*, ela é valorizada justamente por ser oficial. Nas redes sociais, é comum que os internautas compartilhem notícias nossas e escrevam: “Quem está dizendo isso é o Senado”. As pessoas entendem que o grande diferencial das notícias que produzimos é a credibilidade — diz a diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Angela Brandão.

Jargão traduzido

Nada do trabalho legislativo dos senadores escapa. Os jornalistas do Senado cobrem a votação dos projetos de lei, a criação de políticas públicas, os debates nas comissões temáti-

cas, os discursos no Plenário, a investigação das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), a fiscalização dos atos do governo federal — tudo isso numa linguagem clara e direta, traduzindo o difícil jargão do mundo legislativo. Outros Parlamentos do mundo têm estruturas de comunicação semelhantes.

— As pessoas, em geral, entendem que é o Poder Executivo que coloca as políticas públicas em prática e que é o Judiciário que julga quem descumpra as leis. Para elas, por outro lado, não é tão fácil entender o Poder Legislativo, por ser mais complexo e ter diversas atribuições. Ao mostrar à sociedade como o Legislativo funciona, a comunicação do Senado serve como instrumento de promoção da cidadania e da democracia. As pessoas que acompanham o noticiário legislativo estão mais aptas para cobrar a aprovação de projetos e exigir o cumprimento de leis — acrescenta Angela.

Ao vivo e sem cortes

Na TV Senado, na Rádio Senado e no canal da instituição no YouTube, as sessões do Plenário e as reuniões das comissões são transmitidas ao vivo e sem cortes. No Portal Senado Notícias, as reportagens escritas são levadas ao ar minutos depois dos acontecimentos. A diretora da TV Senado, Renata de Paula, afirma:

— No passado, inúmeras leis eram aprovadas sem que os brasileiros nem sequer ficassem sabendo. Hoje não é mais assim. A sociedade pode acompanhar tudo em tempo real, participar das discussões, ver como cada senador votou. Não se trata de levar aos cidadãos apenas o material bruto. As notícias do dia a dia também são aprofundadas em programas e reportagens especiais, nos quais especialistas, representantes da sociedade e do governo e os próprios senadores dão aos cidadãos uma explicação mais detalhada daquilo que está em discussão no Senado.

As reportagens do Portal Senado Notícias e do **Jornal do Senado** costumam aparecer inclusive em livros didáticos e provas de concursos públicos. Em 2016, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ofereceu aos 6 milhões de alunos participantes o trecho de um texto publicado pelo **Jornal do Senado** sobre intolerância religiosa para orientá-los na elaboração da redação.



Genildo Magela/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senado leva notícias aos cidadãos pela televisão, pela internet e pelo rádio

Foi em meados de década de 1990 que o Senado criou a televisão, a rádio, o jornal e a agência de notícias, impulsionado pelos ideais de transparência e participação social trazidos pelo fim da ditadura militar, em 1985, e pela Constituição de 1988.

Até então, os trabalhos dos senadores tinham, basicamente, três caminhos para chegar ao cidadão: pelo filtro da imprensa comercial, pelos dez minutos diários reservados à Casa no programa de rádio *A Voz do Brasil* e pelos atos oficiais publicados no *Diário do Congresso Nacional*.

Visão distorcida

A imprensa comercial torna pública apenas uma parte do que acontece dentro do Senado. A seletividade se explica, entre outros fatores, pelo desinteresse pelos temas menos polêmicos da pauta legislativa e pela falta de repórteres em número suficiente para fazer uma cobertura mais ampla.

O diretor da Secretaria Agên-

cia e Jornal do Senado, Flávio Faria, explica:

— Quem se informa apenas pela grande mídia pode ficar com a imagem distorcida de que nada acontece no Senado. A produção legislativa, ao contrário, é bastante intensa. Cada projeto de lei passa por várias comissões, é tema de muitos debates e audiências públicas e sofre inúmeras mudanças antes de chegar à aprovação definitiva. A nossa missão é jogar luz sobre todo esse trabalho.

Nos meios de comunicação comerciais, os entrevistados costumam ser apenas os políticos de maior projeção. Nas reportagens do Senado, não há esse tipo de seleção. Cada senador tem nos meios de comunicação da Casa um espaço proporcional ao trabalho que desempenha nas comissões e no Plenário — eventos de caráter privado ou partidário envolvendo os senadores não recebem cobertura jornalística.

O Senado entrou nas principais redes sociais da internet

(Facebook, Instagram e Twitter) no início desta década, levando as reportagens ainda mais longe. Um dos posts publicados pela Casa no Facebook passou pela *timeline* de 24 milhões de internautas — número extraordinário, principalmente quando se considera que essa rede tem 100 milhões de usuários no Brasil.

— As redes sociais são, atualmente, a porta de entrada de muitos cidadãos para o Senado — diz o responsável pelas mídias sociais da Casa, Moisés Nazário.

Informação plural

Quando o Senado implantou seus canais de comunicação, críticos disseram que eles seriam do tipo chapa branca, publicando apenas notícias favoráveis aos senadores fazendo propaganda da instituição. Isso não aconteceu.

— A informação aqui é plural porque o Parlamento é plural por natureza. As diversas correntes do pensamento da sociedade estão representadas no Senado, da direita à esquerda, do governismo ao oposicionismo, e todas têm voz. Não se censura nenhuma delas. O que o senador fala e faz nas comissões e no Plenário, não importa o que seja, é noticiado — afirma o diretor da Rádio Senado, Marco Antônio Reis.

As reportagens da instituição servem de fonte de informação primária não só para os cidadãos. Dada a credibilidade, elas também alimentam a mídia comercial. No país inteiro, jornais, revistas, sites e emissoras de rádio e televisão retransmitem com frequência textos, áudios, fotos e vídeos produzidos pelas equipes de comunicação do Senado.

Acompanhe o Senado

Portal Senado Notícias
 • acesse senado.leg.br/noticias

Rádio Senado
 • sintonize em FM (nas capitais de MT, DF, RN, CE, PI, PB, MA, AC e AM)
 • na internet (senado.leg.br/radio)

TV Senado
 • assista na TV aberta e por assinatura
 • acesse a programação pelo YouTube (youtube.com/tvsenado)

Jornal do Senado
 • leia em senado.leg.br/jornal

Facebook
 • veja os posts em facebook.com/SenadoFederal

Instagram
 • siga o perfil @senadofederal

Twitter
 • acompanhe em @senadofederal

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania